
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

Professor Auxiliar na Universidade de Lisboa
e Presidente da Direcção Nacional da QUERCUS

O Problema da Decisão em Política de Ambiente

27

O problema da tomada de decisão justa em matéria de política de ambiente, com toda a complexidade das suas causas, é talvez a principal tarefa da política ambiental, aqui enten-

dida como uma Realpolitik para a crise actual da sociedade moderna. Este texto tenta esclarecer alguns dos aspectos mais salientes desta questão dramática e essencial.

O tema do ambiente ganhou, no decurso dos últimos vinte anos, um amplo e múltiplo direito de cidade. Das preocupações quotidianas e de longo prazo do cidadão comum, à linguagem do discurso político institucional, passando pelo proliferar de organizações cívicas, fundações, departamentos, institutos e bibliografias académicas, a multifacetada realidade da tomada de consciência colectiva acerca da crise ambiental, neste início de década, já não se confunde com o tom de profetismo visionário e apocalíptico com que eram malevolamente contemplados, pelos seus detractores dos anos 60 e 70, os pioneiros da reflexão e intervenção ecologista e ambientalista ⁽¹⁾.

O que nos preocupa, todavia, nesta breve investigação, não é a constatação de uma mudança na atitude cultural da sociedade contemporânea perante o mais crítico problema da nossa civilização: *a crise ambiental e social global*. O mais inquietante, tanto de um ponto de vista categorial, como ao

⁽¹⁾ O que não significa que os indicadores globais do estado do ambiente não se tenham entretanto deteriorado (Soromenho-Marques, 1992d:2).

nível das legítimas e elementares expectativas práticas de qualquer habitante desta época, é a confirmação da extrema inércia do real estabelecido.

Passar do diagnóstico teórico da crise ambiental à sua terapia concreta tem-se revelado uma operação tão morosa e complexa, que mesmo as melhores e mais fundamentadas boas vontades devem temer que até os mais rigorosos exercícios de lucidez corram o risco de não passar o umbral de uma luminosa, mas ineficaz, retórica da persuasão.

A nossa questão condutora é, deste modo, *o estudo das condições de possibilidade propiciadoras de uma intervenção eficaz no domínio do ambiente*. O mesmo é dizer, a análise dos predicados e factores de enquadramento, positivo e negativo, da decisão efectivamente portadora de transformação material em política de ambiente.

1. Sobre o conceito de política de ambiente

As preocupações ambientais nasceram sob o signo de uma interpretação redutora de um problema cujos contornos globais se encontravam ainda muito longe de uma avaliação plena. Quando, na viragem para este século, começaram a surgir os primeiros parques naturais, dos Estados Unidos à Espanha, a concepção reitora era essencialmente *conservacionista*: tratava-se de preservar, face às ameaças predatórias da acção humana, determinados valores naturais, da fauna e da flora — das aves de rapina às sequóias — que de outra forma estariam ameaçadas de extinção. Para o cumprimento desse objectivo delimitaram-se as primeiras áreas de conservação da Natureza, autênticos santuários perante a acometida do crescimento industrial e demográfico incontrollados.

Nas profundas alterações, ocorridas desde há três décadas, o que mudou não foi tanto a importância das acções de conservação da Natureza, ainda mais indispensáveis hoje do que ontem, mas o seu lugar, que deixou de ser exclusivo, para se tornar somente num dos elos de uma cadeia mais vasta, num elemento de uma estrutura mais complexa, portadora de um dinamismo, que, para ser bem sucedido, tem de pretender atingir alvos mais extensos e profundos comparativamente à simples conservação.

O verdadeiro alcance de uma intervenção conservacionista requer, assim, para a sua própria eficácia, o enquadramento no seio de uma série de modalidades de intervenção social diversas, visando estrategicamente objectivos de transformação social mais ambiciosos.

Ensaando uma via de exposição sistemática poderemos enunciar da seguinte forma os principais componentes de uma política de ambiente, entendida como *o conjunto de medidas e operações, tanto estruturais como conjunturais, conducentes à identificação, diagnóstico e promoção de mecanismos resolutivos dos problemas ambientais, considerados como problemas emergentes, por isso requerendo soluções inovadoras.*

As principais vertentes da política de ambiente são, deste modo:

a) *organização da administração pública* central e local face aos novos problemas;

b) *definição de estratégias nacionais e internacionais* para desafios de âmbito local, regional, supranacional e global;

c) *criação de novos instrumentos de intervenção política*, quer no plano partidário e institucional, quer no âmbito da sociedade civil;

d) *produção e execução de uma política de ordenamento do território*, integrando o ordenamento rural, urbano e a conservação da Natureza;

e) *promoção de medidas conducentes a uma reestruturação* no curto, médio e longo prazo do *sistema produtivo*, em particular do sector industrial, das suas tecnologias, assim como da *política energética* no seu conjunto;

f) *implementação de dispositivos de defesa*, não só dos *ecossistemas* naturais mais ameaçados, mas das *populações humanas* no seu conjunto contra as consequências negativas do actual modelo de crescimento industrial, baseado no uso intensivo e insustentável de energia e recursos, assim como na saturação do meio para além da sua capacidade de carga;

f.1.) *protecção dos trabalhadores* através da *regulamentação dos limites de risco* dos seus locais e condições de trabalho;

f.2.) *defesa do consumidor* através do controlo da qualidade dos produtos;

f.3.) *salvaguarda dos principais componentes do meio ambiente* através da *regulamentação da quantidade máxima de efluentes* gasosos, líquidos e sólidos, assim como do seu modo de tratamento e deposição final.

A *política de ambiente* atravessa, por consequência, *transversalmente todo o tecido social*, tornando-se inseparável do tipo e modo de funcionamento do sistema político

e das linhas de força da política económica de um dado país ou bloco (Jänicke, 1978:9 ss).

2. O enquadramento institucional da política de ambiente

A amplitude e complexidade do horizonte acima desenhado proíbe qualquer interpretação simplificadora, ou exclusivamente sectorial, no que concerne à questão da decisão em matéria de ambiente.

Podemos, concordantemente, formular a seguinte tese: *em matéria de ambiente os factores intervenientes no processo de decisão comprometem de modo significativo, mas nem sempre determinante, elementos do domínio político-institucional*. Com efeito, como teremos ensejo de analisar mais adiante, o condicionamento social, económico e estratégico pode tornar-se dominante, sobrepondo-se, até, à lógica interna de um determinado ordenamento jurídico-político-institucional.

O estudo comparativo das estruturas institucionais postas ao serviço das políticas de ambiente dos diversos governos, dos países mais industrializados, desde o final da década de 60, permite-nos, em conformidade com o modelo proposto por Martin Jänicke, discriminar a existência de *cinco referencias institucionais* com um alcance geral considerável, a saber: 1) a criação de um *ministério* responsável pela esfera do ambiente na orgânica governativa (referencial **M**); 2) a instauração de uma *autoridade central*, coordenando em colaboração com o ministério (ou, em alguns casos, em substituição deste), as acções de implementação da legislação, recolha e centralização de informação, vigilância e fiscalização, promoção da mobilização de sectores específicos ou amplos da sociedade civil em torno de objectivos considerados pelo executivo como prioritários, entre outras funções (referencial **A**); 3) elaboração de uma *legislação fundamental* sobre ambiente — uma lei de bases de ambiente, se evocarmos o caso português —, devidamente regulamentada e aplicada (referencial **L**); 4) *reconhecimento no texto constitucional* de uma área específica consagrando o direito de todo o cidadão a um ambiente equilibrado e saudável, assim como os deveres do Estado e da comunidade no que concerne às tarefas de protecção ambiental (referencial **C**); 5) produção periódica de *relatórios* sobre os diversos indicadores do estado do ambiente, o que requer, obviamente, uma capacidade técnico-científica de monitorização, impensável sem o compromisso financeiro e politicamente efectivo do governo (referencial **R**) (Jänicke, 1991b:5 ss).

A sequência de indicação destes factores obedece a uma opção meramente expositiva, não visando reflectir qualquer prioridade substancial, nem nenhuma anterioridade histórico-factual. Esta asserção é, aliás, facilmente verificável pela observação do processo de institucionalização da política de ambiente nos três países pioneiros nesta esfera inovadora da teoria e da práxis políticas.

Vejamos:

— JAPÃO: **L** (1967); **R** (1969); **M** (1971); **A** (1974)

— EUA: **L** (1969); **A/R** (1970)

— SUÉCIA: **A** (1967); **L** (1969); **C** (1974); **R** (1977);

M (1986).

A eventual existência de todos estes referenciais, ou de pelo menos parte significativa deles, não constitui condição suficiente para uma positiva avaliação *a priori* do grau de maturidade e profundidade da política ambiental de um dado país.

Nalguns países, a inexistência de factores extra-institucionais favoráveis à concretização de um processo de enquadramento institucional em curso, podem desviá-lo totalmente do seu rumo inicial, pondo em causa o seu sucesso ao tornar os referenciais acima expostos em meras peças de uma ineficaz retórica político-formal.

A situação mais típica desta possibilidade de fragilização de uma tendência positiva de enquadramento institucional da política de ambiente é-nos exibida por alguns países do extinto COMECON, e em particular pela situação dramática da ex-RDA.

Embora o calamitoso estado do ambiente desse antigo Estado alemão fosse conhecido, nas suas grandes linhas gerais, mesmo antes do 3 de Outubro de 1990, a verdade é que o retrato pormenorizado, não só se mostrou mais danoso do que o previsto, como veio reforçar a exemplaridade negativa desse antigo país para o nosso tema vertente.

Com efeito, o que torna mais sensível o balanço ambiental extremamente negativo da RDA é o efeito de contraste relativamente a um esforço pioneiro de institucionalização — **C** (1968), **L** (1970), **M** (1971), **R** (1989) — que viria a ser literalmente abortado pela incapacidade de modernização económica, em particular nos sectores energético e industrial, no decurso das grandes e traumáticas mudanças de cunho internacional ocorridas na década de 70, e continuadas posteriormente até ao crepúsculo do regime de Honecker (idem).

3. Os limites do Estado e os instrumentos da política de ambiente

Duas conclusões de âmbito geral se podem extrair do caso RDA, e em certa medida da situação similar da Polónia e Hungria:

1. *o processo de institucionalização da política de ambiente não é irreversível;*
2. *a existência de dispositivos institucionais não garante de per se o êxito de uma política ambiental;*
3. *os ganhos e conquistas relativas no domínio institucional da política de ambiente, ou por ele possibilitadas, podem ser postos profundamente em causa se as condições estruturais da economia e da sociedade civil forem adversas.*

Seria errado supor, sobretudo num período em que o papel do Estado atravessa metamorfoses tão profundas quanto incertas, que as tarefas determinantes da implementação de uma política de ambiente caberiam inteiramente ao Estado, nas suas múltiplas vertentes e organismos (Scharpf, 1991:621 ss).

Nas sociedades burocraticamente centralizadas do Leste a anulação da capacidade de iniciativa da sociedade civil, com a correspondente concentração da força de protagonização política no aparelho de Estado revelou-se uma desastrosa via para o insucesso total em matéria de política ambiental.

Por outro lado, nas economias de mercado mais industrializadas do Ocidente, o Estado viu-se, de certo modo, ultrapassado pela pressão de factores externos à sua própria (in)capacidade de analisar correctamente o curso objectivo das coisas. Tanto a forma como o sistema económico se procurou adaptar — em grande medida através dos severos mecanismos de autoregulação da competição internacional — aos dois brutais choques petrolíferos da década de 70, como o modo autónomo, proporcionado pelo crescimento e proliferação das iniciativas de base, do crescimento das questões ambientais como problema eleitoral de primeira grandeza, revelaram, simultaneamente, os limites do Estado e o potencial criativo da esfera económica e da cidadania militante.

Não surpreende, portanto, que ao falar-se nos instrumentos indispensáveis a uma efectiva política de ambiente se deva referir como categoria subordinadora de alcance geral a *capacidade de inovação* de uma dada formação social no seu conjunto, i.e., a virtualidade que os diversos componentes de um todo social têm de identificar novas

situações problemáticas, ensaiando de forma criativa caminhos singulares e/ou conjugados de antecipação resolutive.

Desta forma, podemos sustentar a existência de *uma capacidade de decisão repartida e flexível*, com uma força transformadora cuja avaliação implica uma consideração ao nível do médio prazo, obrigando à integração de elementos cuja conexão com a decisão inicial só é possível de identificar num tempo, por vezes, largamente diferido.

Na enunciação analítica dos instrumentos de política de ambiente, resultado e condição do processo de decisão política neste domínio, podemos optar por um modelo que privilegie, ainda, um papel referencial do Estado, classificando-os em função de um decréscimo da intensidade da sua intervenção, ou, em alternativa, destacar o campo de aplicação desses instrumentos, a sua eventual eficácia sobre os diversos alvos do tecido social sobre o qual se projecta, deixando como pressuposto o carácter complexo e misto — repartido pelo Estado e pela sociedade civil — da sua origem (Carius e Schneller, 1991:2 ss).

Entrando pela segunda via, podemos identificar uma vasta série de instrumentos, a saber: *regulamentação legal e administrativa*; dispositivos e medidas de *planeamento regional, nacional e internacional*; *afecção das despesas e rendimentos públicos* à promoção da qualidade do ambiente, *modernização económica e investimentos na área da I&D*; processos de cooperação e diálogo para a *solução negociada de conflitos*; programas de *educação ambiental e cívica*; *alargamento das possibilidades de participação política* do cidadão, desde a prática regular de inquéritos de opinião até à realização de referendos sobre temas específicos de grande repercussão sobre o futuro da comunidade; *revitalização do sistema judicial*, integrando o novo direito do ambiente, o ilícito criminal nesta área e adoptando mecanismos expeditos para uma atempada deliberação em juízo dos crimes contra os direitos ambientais; *aperfeiçoamento dos dispositivos automáticos de autoregulação ao nível do consumo e da qualidade ambiental* dos produtos em competição nos mercados regional e mundial (Jänicke, 1990a:19).

O facto de parte significativa dos instrumentos da política de ambiente ser impensável — quer quanto à sua génese, quer quanto à sua aplicação eficaz — sem a participação criadora dos diversos segmentos e instâncias da sociedade civil não deve, todavia, conduzir ao absurdo teórico, e ao

profundo erro político, que seria considerar como irrelevante o papel do Estado no interior do processo de tomada de decisões em matéria de política ambiental.

Se, efectivamente, na esteira de um *novo desafio político-civilizacional*, como o é a presente *crise ambiental e social global*, surgem sintomas de um novo estilo de intervenção cívica, indiciando o incremento de formas de democracia participativa, como o eventual embrião de um novo sistema político mais aberto, transparente e flexível, todavia, seria um equívoco de trágicas consequências subestimar as enormes e cruciais tarefas que neste período de transição para algo de politicamente novo, mas incerto, continuarão a caber decisivamente ao Estado.

Para a difícil ultrapassagem das dificuldades estruturais que percorrem os países industrializados do Norte, os cidadãos devem legitimamente poder esperar que o Estado esteja à altura de quatro tarefas principais:

a) *apurar a sua capacidade de intervenção normativa e reguladora*, fazendo e aplicando a legislação mais adequada, desburocratizando, desconcentrando e descentralizando a sua prática administrativa, não se demitindo de uma regulação social, incidindo, não sobre os pormenores, mas visando as novas condições e contextos dos agentes políticos e económicos;

b) *ser capaz de integrar a política de ambiente como política interdepartamental*, quanto ao seu figurino organizativo, e *de alcance estratégico*, quanto ao seu horizonte de aplicação. Trata-se de vencer a tendência para permanecer no quadro de uma política reactiva de curto prazo, que transforma a área do ambiente numa esfera residual das competências governativas, intervindo como um corpo de bombeiros, apenas na hora das catástrofes, as mesmas que só uma capacidade de avaliação política estratégica, de longo prazo, poderia ter evitado ⁽²⁾;

c) *abertura às iniciativas da sociedade civil*, integrando e potenciando a energia de autodefesa cívica relacionada com as lutas pela qualidade de vida e protecção do ambiente. Em vez de se sentir ameaçado por esses movimentos e iniciativas, surgindo muitas vezes à margem do sistema parlamentar de repartição regulamentada do poder político entre protagonistas tradicionais, o Estado deveria ser capaz

⁽²⁾ O problema do "residualismo", com todos os seus pressupostos e implicações, é a principal dificuldade da política de ambiente em Portugal. A discussão desse tema obrigaria, pelo menos, a um estudo de dimensão semelhante ao actual.

de ler esses fenómenos como um sinal de vitalidade do corpo social, e como fonte de novas possibilidades de reforço democrático da sua própria modernização e legitimação;

d) *arriscar na capacidade de dar exemplo e de ser pioneiro na cena internacional*. Os problemas ambientais são a demonstração permanente da inadequação objectiva do Estado-nação como matriz espacial das decisões que a crise ambiental, sobretudo nas suas vertentes directamente globais, exige. Nessa medida, e dada a reduzida eficácia do modelo de decisão vertical presente nos grandes conclaves internacionais, do tipo das cimeiras das Nações Unidas de 1972 e 1992, é fundamental que cada Estado, isoladamente, ou em conjunto com outros Estados do mesmo espaço regional, seja capaz de arriscar as medidas estruturais para uma modernização do seu tecido económico e das suas estruturas políticas, numa orientação ditada pela prioridade da política de ambiente, mesmo que para tanto seja necessário enfrentar, no plano da conjuntura, alguns custos sociais internos e desvantagens competitivas externas (Soromenho-Marques, 1992a:4-5) ⁽³⁾.

35

A verdadeira pedra de toque da autenticidade de uma política de ambiente situa-se no nível e sentido das transformações operadas na estrutura produtiva de uma dada formação social.

As análises das variações operadas no sistema industrial dos países mais desenvolvidos, desde a frontal denúncia dos custos ambientais inaceitáveis do crescimentismo exponencial, efectuada no relatório Meadows, apresentado ao Clube de Roma em 1972, até aos nossos dias, revelam alterações de grande magnitude que exigem uma séria e atenta consideração (Meadows *et al.*:1972).

Com efeito, 1973 foi o grande ano de referência nas transformações económicas de parte significativa dos países industrializados. Na sequência da guerra do Yom Kippur, e do astronómico aumento político das ramas petrolíferas, sustentáculo essencial das economias ambientalmente agressivas dos Estados Unidos, Europa e Japão, muitos países — em particular o Japão devido à sua total dependência energética — foram compelidos, não por argumentos e motivações ecológicas, mas por simples imperativo de

4. Transformação económica e política de ambiente

⁽³⁾ Uma boa demonstração da capacidade de dar exemplo foi protagonizada pela Suécia em 1972. O mesmo não se poderá dizer relativamente à Comunidade Europeia, por ocasião da cimeira do Rio em Junho de 1992.

realismo político a investir numa modernização tecnológica caracterizada pelo *incremento da eficiência e da conservação energéticas*. Essa linha de orientação dominante, produziu muitos efeitos colaterais, benéficos tanto para o estado do ambiente como para a saúde da economia, o que é veementemente comprovado pela situação comparativa do Japão e dos Estados Unidos, vinte anos depois.

As características gerais desse processo de mutação económica podem ser enunciadas do seguinte modo:

a) *abandono do primado da produção volumétrica*, a "ideologia da tonelagem" (*Tonnenideologie*), expressa na vertigem ascensional dos mais grosseiros indicadores macroeconómicos (PIB e PNB), pela *adopção de critérios analíticos e qualitativos mais finos*;

b) *recuo da indústria pesada* (aço, cimentos, sector químico, etc.), em favor da *expansão de indústrias de conhecimento intensivo*, na área da informática e tecnologias da informação;

c) *redução substancial do emprego no sector secundário*, em paralelo com a continuação da diminuição da população activa na agricultura, em contraste com a *acentuada terciarização* das economias;

d) *adopção de sistemas de produção voltados para uma redução da standardização* massificadora, investindo na valorização dos factores de *diversificação qualitativa*;

e) *implementação de técnicas de poupança de energia primária*, invertendo as expectativas de crescimento exponencial dos combustíveis fósseis e do nuclear dominantes ainda na década de 70;

f) *aposta crescente nas políticas de redução de resíduos, reutilização e reciclagem*, em alternativa ao mito insustentável da perpetuação da sociedade do desperdício;

g) *intensificação de medidas preventivas para combate a todas as formas de poluição*, porque a prevenção se mostra mais eficaz nos resultados e racional na relação custo-benefício do que a velha opção curativa da *end of pipe technology*, i.e., a tentativa de redução dos impactes ambientais negativos da produção industrial, apenas, na fase terminal do processo produtivo (Jänicke, 1989b:55 ss. e 1990a ss. e Soromenho-Marques, 1992b:107-108).

Os estudos comparativos confirmam a ocorrência de algumas das mudanças acima indicadas, na maioria dos países da OCDE. Contudo, é ainda prematuro para se poder falar numa mudança estrutural de sentido irreversível. Tanto

mais que nalguns países como Portugal, Grécia e Turquia, os custos ambientais da expansão económica se ampliaram bastante nos últimos anos, devido ao carácter não sustentado desse crescimento, enquanto que noutros países, como é o caso do Japão, os ganhos relativos obtidos com a modernização tecnológica foram comprometidos pelo extraordinário aumento absoluto da produtividade. Em qualquer dos casos não será errado falar-se, pelo menos, num *alívio relativo* do impacto negativo sobre o ambiente originado pelas actividades económicas nos países mais industrializados (Jänicke, 1991c:cap. III:32).

37

Mais uma vez, também no domínio económico, a consolidação das tendências favoráveis ao ambiente e à edificação de um modelo de desenvolvimento sustentável, dependerá da capacidade de se tomarem as decisões mais correctas em matéria de política ambiental. Muito dependerá da capacidade do Estado — compelido pela vontade maioritária dos cidadãos a tornar-se no melhor intérprete da vontade geral — em furtar-se à pressão de parte dos grandes complexos industriais, que lutarão para *continuar a externalizar os custos ambientais da produção*, ao mesmo tempo que recusam, ou aceitam com um amargo inconformismo, todas as medidas que, à semelhança da *ecofiscalidade*, contribuem para encontrar a verdade dos preços e aumentar a internalização de custos, cuja permanente socialização falseia as regras da concorrência económica e aumenta os factores de entropia dos ecossistemas vitais para a continuidade da história humana (Vos, 1990:27 ss.; Frühauf e Giesinger, 1992:154).

Ontem como hoje o curso do futuro não está escrito nem previamente traçado (Wolf, 1991:3 ss).

A crise ambiental e social global sintetiza os dilemas fundamentais de uma civilização — a nossa — que atingiu a mais dramática e incerta encruzilhada da história conhecida da espécie.

Os sinais, tendências e hipóteses que apontam para um desfecho trágico das lutas colossais que já se iniciaram são, pelo menos, equivalentes aos factores de esperança que todos os inimigos do pessimismo da inteligência, mas sobretudo do pessimismo da vontade, podem invocar em favor da sua causa.

O aprofundamento da democracia, ou o mergulho num novo inverno totalitário, são caminhos igualmente possíveis. *Tudo depende da capacidade de tomar as decisões certas*

5. Conclusão

no tempo certo. Tudo depende da viabilidade de edificar, através do esforço, da coragem e lucidez colectivas uma inovadora política de ambiente, que cada vez mais se identificará com a *grande política* de que a nossa época vitalmente precisa para ultrapassar os seus próprios demónios. ■

Referências Bibliográficas

- Andersen, M. S. 1990 "Pollution Charges in Denmark: Budget Deficits and the Environmental Asset" in H.-C. Binswanger e M. Jänicke (org.), *Environmental Charges - An International Exchange of Experiences*, Berlin, Freie Universität, pp. 119-134.
- Arden-Clarke, Ch. 1991 *The General Agreement on Tariffs and Trade, Environmental Protection and Sustainable Development*, Gland, WWF.
- Binswanger, H.-C. 1990 "The Integration of Nature into the Price System. Possibilities and Limitations" in H.-C. Binswanger e M. Jänicke (org.), *op. cit.*, Berlin, Freie Universität, pp. 1-11. 39
- Bongaerts, J. C. 1990 "Environmental Charges in the Netherlands" in H.-C. Binswanger e M. Jänicke, *op. cit.*, Berlin, Freie Universität, pp. 93-118.
- Brown, L. 1990 "The Illusion of Progress" in L. Brown et al. (org.), *State of the World 1990*, New York-London, W.W.Norton & Company, pp. 3-16.
- Carius, A.; Schneller M. 1991 *Instrumente der Umweltpolitik*, Berlin, original inédito.
- Carius, A. 1992a "Dynamisierung oder Hemnis? Auswirkungen der EG-Umweltpolitik in Spanien und Portugal", *Tranvia*, 24.
- Carius, A. 1992b *Structural Change and Environmental Impact in Portugal*, Berlin, original inédito.
- Foljanty-Jost, G. 1990 *Industriepolitik in Japan- Ansätze für einen Strukturpolitischen Umweltschutz?*, Berlin, Freie Universität.
- Frühauf, W.; Giesinger, Th. 1992 "Europa ohne Grenzen-Alarm für die Umwelt", *Spiegel Spezial*, n.º 1, Abril.
- Hünemann, G. 1988 *Fiscal Charges and Taxes as Economic Instruments for Environmental Policy*, Berlin, Freie Universität.
- Jänicke, M. 1978 "Umweltpolitik im kapitalistischen Industriesystem- Eine einführende Problemskizze" in M. Jänicke (org.), *Umweltpolitik. Beiträge zur Politologie des Umweltschutz*, Opladen, Leske+Budrich, pp. 9-35.
- Jänicke, M. et al. 1989a "Structural Change and Environmental Impact", *Intereconomics*, 24.
- Jänicke, M. 1989b "Strukturwandel und ökologische Grati-effekte", *Zeitschrift für angewandte Umweltforschung*, Jg. 2, Heft 1.
- Jänicke, M. 1990a "Environmental Charges and Change in Political Paradigms", in H.-C. Binswanger e M. Jänicke (org.), *op. cit.*, Berlin, Freie Universität, pp. 13-26.
- Jänicke, M.; Mönch, H. 1990b *Ökologische Dimensionen wirtschaftlichen Strukturwandels- Eine Untersuchung über 32 Industrieländer*, Berlin, Freie Universität.

- Jänicke, M. 1990c "Erfolgsbedingungen von Umweltpolitik im internationalen Vergleich", *Zeitschrift für Umweltpolitik & Umweltrecht*, 3.
- Jänicke, M. 1991a "Staatsversagen und Dezentralisierung- Erwägungen zu einer langfristigen Strategie des ökologisch-ökonomischen Umbaus", *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*.
- Jänicke, M. 1991b *Institutional and other Framework Conditions for Environmental Policy Success- A Tentative Comparative Approach*, Berlin, Freie Universität.
- Jänicke, M. et al. 1991c *Ökologische Dimensionen industriellen Wandels*, Berlin, Freie Universität.
- King, A.; Schneider, B. 1991 *The First Global Revolution- A Report by the Council of the Club of Rome*, London/Toronto, Simon & Schuster.
- Meadows ,D. et al. 1972 *The Limits to Growth*, New York, Universe Books.
- Menke, W. 1992 "Umweltnachrichten aus Portugal(1991)", *Tranvia*, 24.
- Mez, L.; Wanke, A. 1990 *Der Energiebedarf in den neuen Bundesländern als öffentliches Interesse bei atomrechtlichen Vollzugsentscheidungen*, Berlin, Freie Universität.
- Scharpf, F. W. 1991 "Die Handlungsfähigkeit des Staates am Ende des zwanzigsten Jahrhunderts", *Politische Vierteljahresschrift*, Jg. 32 , Heft 4.
- Soromenho-
-Marques, V. 1992a "O quinto elemento: para um balanço da Eco/92", *Jornal de Letras*, n.º 529, 25 de Agosto.
- Soromenho-
-Marques, V. 1992b "Desenvolvimento e complexidade", *Expansão*, n.º 7, Outubro.
- Soromenho
-Marques, V. 1992c "As Opções do Plano 1993 e o ambiente. Algumas notas críticas ", *Expansão*, n.º 8, Novembro.
- Soromenho
-Marques, V. 1992d "1972-1992: vinte anos entre o perigo e a esperança" in J. P. Cotrim, *O Planeta nas Mãos*, Lisboa, Colibri (no prelo).
- Streibel, G. 1990 *Reproduktion und Nutzung der natürlichen Umwelt*, Berlin, Freie Universität.
- Vos, H.B. 1990 "The State of Application of Economic Instruments for Environmental Protection in some OECD Countries" in H.-C. Binswanger e M. Jänicke, op. cit., pp. 27-44.
- Weizsäcker, E.U. 1989 *Erdpolitik. Ökologische Realpolitik an der Schwelle zum Jahrhundert der Umwelt*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Wolf, F.O. 1991 *La Socialisation et le genre humain*, Berlin, original inédito.
- Zieschank, R. 1991 "Mediationsverfahren als Gegenstand sozialwissenschaftlicher Umweltforschung- Kriterien für den Umgang mit einem neuen Forschungsfeld", *Zeitschrift für Umweltpolitik & Umweltrecht*, 1.